

## **“QUEREMOS TRABALHAR”: POSICIONAMENTOS DA CDL RIO GRANDE/SÃO JOSÉ DO NORTE DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 (2020)**

**FELIPE TRENTIN DEMIRANDA<sup>1</sup>; ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – felipetrentindemiranda@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho<sup>1</sup> tem por objetivo analisar os posicionamentos oficiais da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) Rio Grande/São José do Norte, no tocante às medidas de restrição ao funcionamento do comércio motivadas pela pandemia de Covid-19. Criada em 1966, representa lojistas de ambos os municípios – localizados na metade sul do Rio Grande do Sul, contando, respectivamente, com 191.900 e 25.443 habitantes (IBGE, 2025) – e atua em defesa de seus interesses, através de interlocuções com os poderes públicos locais e regionais, articulação de campanhas, oportunidades comerciais e oferta de qualificação profissional. Em março de 2020, a CDL informava contar com “mais de 600 associados com estabelecimentos comerciais” (Zenobini, 2020a).

Compreende-se o recorte sob a arena de disputa acerca da gestão da crise sanitária no Brasil. Entende-se que o Governo Federal, através do Ministério da Saúde e sob íntima tutela do presidente Jair Bolsonaro, engajou-se em políticas voltadas a deslegitimar restrições a atividades econômicas, postulando-as como cerceamento da liberdade e propondo alternativas negacionistas, como tratamento através de medicamentos ineficazes ou a tese de “isolamento vertical” (Brandão, Mendonça, Sousa, 2023; Caponi, 2020). Assim, o estudo pretende verificar se – e em que medida – tais estratégias retórico-políticas tornaram-se operacionais no discurso da CDL, como forma de contestar restrições comerciais.

### **2. METODOLOGIA**

Recorreu-se à análise documental (Cellard, 2009), posto que as fontes se referiam, de início, a todas as 46 publicações da seção “Notícias” no site da CDL, datadas de 2020. Após leitura exploratória, categorizaram-se aquelas consideradas “posicionamentos oficiais” sobre a gestão da pandemia, reduzindo o corpus a sete publicações. Compreende-se a pandemia como “um elemento de desorganização e reorganização social”, capaz de revelar, nos variados sujeitos, as “articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o transpassam” (Revel, Peter, 1995, p. 144). Dialoga-se com a História das Doenças e da Saúde e com a História do Tempo Presente, ao abordar tema contemporâneo a atores sociais ainda ativos e ao matizar a globalidade da Covid-19 com as experiências locais da doença (Marques, Silveira, Pimenta, 2020).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De forma geral, os posicionamentos públicos da CDL direcionaram-se à Prefeitura de Rio Grande e ao prefeito Alexandre Lindenmeyer (Partido dos

---

<sup>1</sup> Realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Trabalhadores), enfocando medidas de restrição à circulação de pessoas e regramentos ao funcionamento do comércio, como determinação de fechamento de atividades não-essenciais ou lotação máxima em estabelecimentos. Não foram encontradas notas direcionadas à Prefeitura de São José do Norte.

A primeira publicação, datada de 20 de março de 2020, apresenta recomendações do então presidente da CDL, o empresário do ramo de concessionárias de veículos, Igor Klinger, afirma que “recomendamos o fechamento do comércio na próxima semana [...]”. Contudo, cada empresário deverá tomar sua decisão avaliando o seu negócio” (Zenobini, 2020b). A afirmativa buscava alternativas ao funcionamento das empresas e se mostra pragmática, ao indicar a decisão individual de cada comerciante da cidade. Em contraste, no dia anterior, 19 de março, o Decreto Municipal nº 17.045/2020 já dispunha sobre a vedação de “acesso público a estabelecimentos comerciais que produzam aglomerações” (Rio Grande, 2020), durante 30 dias. A nota seguinte, de 26 de março, denota uma atitude colaborativa com as autoridades municipais, na medida em que “o apelo para frearmos a evolução acelerada do vírus [...] está sendo acatado por todos, conforme indicação das autoridades” (CDL, 2020a); dessa forma, evoca-se uma imagem de consenso, da qual o comércio riograndino é partícipe. Contudo, vale matizar que a CDL reverbera a narrativa quanto ao “isolamento vertical”, ou seja, o isolamento restrito aos grupos de risco, “no objetivo de, gradativamente, voltarmos as nossas atividades, mantendo vivos os empregos dos nossos cidadãos” (CDL, 2020a). Dessa forma, o argumento alia o interesse empresarial a pautas típicas do trabalho assalariado, posto que a CDL coloca-se como preocupada com a manutenção de empregos.

A demanda pelo abrandamento célere das restrições econômicas aparece em todas as notas de 2020, em crescente antagonismo à Prefeitura. Assim, a nota de 17 de abril destaca em seu título, em letras maiúsculas, “*QUEREMOS TRABALHAR*”, e manifesta “nossa completa inconformidade ao senhor prefeito Alexandre Lindenmeyer em estender por mais 15 dias o fechamento do nosso comércio” (CDL, 2020b). Ademais, essa oposição se expressa no declínio à proposta em integrar comitê municipal destinado ao exame das medidas, posto que este não seria um “comitê técnico”. A imagem de que a Prefeitura estaria exercendo má gestão da pandemia é reforçada sob o sugestivo título “*Rio Grande na UTI*”, em nota de 15 de maio, em que a CDL (2020c) sobe o tom contra o prefeito, denunciando não ter sido ouvida pela Prefeitura e cobrando adesão ao modelo de distanciamento controlado, apontado como “melhor plano do país” e celebrado por permitir a reabertura parcial da economia. Logo, pode-se apontar um alinhamento às políticas do governador Eduardo Leite (PSDB), postuladas como um contraponto à gestão municipal, dado que o modelo estadual baseava-se na premissa de autorizar relaxamento das medidas mais rígidas no caso de indicadores regionais de saúde demonstrarem tendências positivas, e vice-versa.

Nesta nota evidencia-se outro eixo da argumentação, que consiste em apontar a Prefeitura como culpada pela demora em aumentar a capacidade de atendimento médico do município, postulada como contraparte esperada pela adesão às restrições, apresentada em forma de questionamento: “então de que adiantou o sacrifício da população nestes 53 dias em casa?” (CDL, 2020c). Tal argumento reaparece em 6 de julho, quando queixa-se de novo fechamento do comércio, “sem ter aumentado uma vaga de leito hospitalar ou construído um plano de combate aos efeitos do coronavírus eficiente” (CDL, 2020d). Essa estratégia soma-se, novamente, ao alinhamento ao discurso do governo federal, já que aponta como “mais eficaz” a aplicação de “inúmeros medicamentos [...]”

como a ivermectina” (CDL, 2020d) como alternativa. A nota de 11 de dezembro continua essa retórica, ao passo em que “tratamento precoce, testagem e ampliação de infraestrutura de saúde” (CDL, 2020e) são apontados como medidas que, ignoradas pelas autoridades, provocariam, de fato, o aumento de casos e a consequente crise sanitária.

Por fim, os posicionamentos oficiais incluem, ainda, o apelo ao cumprimento às medidas vigentes no município, apesar das reservas da entidade. É este o tema principal do “*Manifesto à população riograndina*” de 27 de novembro, em que a CDL (2020f) conclama população e empresários a evitarem o agravamento da pandemia e garantir o funcionamento comercial durante as festas de fim de ano. Este eixo argumentativo merece atenção, posto que não se opõe, mas, pelo contrário, conclama ao cumprimento de medidas de prevenção, como o apelo aos empresários para que “não meçam esforços para manter o uso de álcool gel na entrada e na saída dos estabelecimentos, o distanciamento, o mínimo de clientes dentro da loja e a exigência do uso de máscara de forma correta” (CDL, 2020f). Assim, a recomendação pela adesão às normas legais visa a prevenir o agravamento da pandemia e o consequente endurecimento das medidas sobre o comércio, através do endosso a ações de menor impacto sobre a economia.

Convém sublinhar a busca por construir uma representação dos comerciantes como grupo solidário à prevenção sanitária e ao reforço da estrutura assistencial. Tal postura fica evidente na menção a que “diversos grupos de ajuda aos hospitais e profissionais de saúde estão trabalhando duro para enfrentarmos o que virá, e nossa entidade já está atuando fortemente nisso” (CDL, 2020a), de forma a implicar-se em esforços filantrópicos. No manifesto de novembro, associa-se à ampliação da capacidade de atendimento no município, diante da qual, “após muitos esforços dos empresários, da sociedade e dos poderes públicos estaduais, temos hoje uma estrutura de saúde com no mínimo, o dobro da capacidade de atendimento do que tínhamos em março” (CDL, 2020f). Desse modo, o empresariado citadino é incluído entre os grupos engajados, de forma central, em viabilizar a estabilização sanitária no município de Rio Grande.

#### 4. CONCLUSÕES

Entre as características identificadas nos posicionamentos oficiais da CDL, destaca-se a crescente oposição à Prefeitura de Rio Grande, a qual se expressa na acusação de inação quanto à ação técnica e ao diálogo com o setor lojista, assim como na recusa de ações restritivas. Conclui-se que este eixo argumentativo se refere a um conjunto plural, mas articulado, de posições sobre a pandemia, que incluíram afirmar os comerciantes como responsáveis e adeptos das prevenções à Covid-19, ao mesmo tempo em que se postulava que as restrições econômicas se mostrariam injustas. Ademais, pode-se apontar que o discurso da CDL oscilou entre afinidades com as posições dos governos estadual (na forma de cobranças quanto ao distanciamento controlado) e federal (quanto aos apelos ao “isolamento vertical”, à “ivermectina”, ao “tratamento precoce” e à contestação da eficácia das restrições). Indica-se uma proximidade com o discurso negacionista do governo Bolsonaro, já que se assimilam ao exposto por Caponi (2020) no tocante à pandemia. Embora mereçam destaques outras ações que não implicam em endosso necessário ao negacionismo, tal aproximação torna-se factível ao operacionalizar a oposição à regulação sanitária, uma vez que aponta para supostas alternativas capazes de evitar prejuízos ao empresariado.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Celmário Castro; MENDONÇA, Ana Valéria Machado; SOUSA, Maria Fátima de. O Ministério da Saúde e a gestão do enfrentamento à Covid-19 no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 58-75, abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bYwHdRCrkfpbbR7SCBrx36c/>. Acesso: 27 jan. 2025.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 34, n. 99, p. 209-224, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.

CDL RIO GRANDE. **Manifesto à população Rio-Grandina**. 2020f. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/manifesto-a-populacao-rio-grandina/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **Movimento Aliança Rio Grande repudia decisão do Executivo Municipal**. 2020d. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/movimento-alianca-rio-grande-repudia-decisao-do-executivo-municipal/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **Nota da CDL Rio Grande: queremos trabalhar para continuar salvando vidas.. QUEREMOS TRABALHAR para continuar salvando vidas**. 2020b. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/nota-da-cdl-rio-grande-queremos-trabalhar-para-continuar-salvando-vidas/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **O COMÉRCIO NÃO É O CULPADO**. 2020e. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/o-comercio-nao-e-o-culpado/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **RIO GRANDE NA UTI**. 2020c. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/nota-da-cdl-rio-grande-queremos-trabalhar-para-continuar-salvando-vidas/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **Vidas, hoje e sempre**. 2020a. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/vidas-hoje-e-sempre/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades - Rio Grande**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. A pandemia de Covid-19: intersecções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. In: REIS, Tiago Siqueira et al (org.). **Coleção História do Tempo Presente**: volume III. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 225-249.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O Corpo: o homem doente e sua história. In: **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIO GRANDE (Município). Decreto nº 17.045, de 19 de março de 2020. Decreta estado de emergência pública no âmbito territorial do Município do Rio Grande. Rio Grande, Disponível em: <http://leismunicipa.is/cyqib>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ZENOBINI, André. **CDL realiza reunião sobre Coronavírus**. 2020a. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/cdl-realiza-reuniao-sobre-coronavirus/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

\_\_\_\_\_. **CDL Rio Grande recomenda o fechamento do comércio a partir de segunda-feira, 23**. 2020b. Disponível em: <https://cdl-rg.com.br/cdl-rio-grande-recomenda-o-fechamento-do-comercio-a-partir-de-segunda-feira-23/>. Acesso em: 10 abr. 2025.